

Depois da “pedagogia do oprimido”, incentivadora da “luta de classes” na escola, e da transformação desta num redu-to da “barbárie pedagógica”, onde nem o aluno realmente aprende nem o professor ensina, temos agora a “criança popular” (serão as demais “impopulares”?) — eufemismo para, ao mesmo tempo, evitar “expressões depreciativas, tais como *crianças carentes* ou de *periferia*”, e reafirmar “a situação de classe desses alunos” (*slogan* que integra o jargão ideossociológico do marxismo tupiniquim, pouco propenso, de resto, a reconhecer a existência da “nova classe” na “sociedade sem classes”). A “criança popular” — tema a que já dedicamos um editorial na última quinta-feira — é a invenção mais recente da ideologia educacional municipal e o conceito se destina, sem disfarce maior, a colocar a escola a serviço do partido que eventualmente detém o poder na capital paulista e espera estendê-lo, nas eleições de novembro, ao País inteiro. De fato, de acordo com uma das ideopedagogas da Secretaria Municipal da Educação, conforme noticiário desta folha, a escola pública “não pode repetir um modelo de escola para a elite e a classe média” (entendamos, uma escola destinada ao ensino e ao aprendizado essenciais para a formação do homem e do cidadão — e não para o desenvolvimento do antagonismo e até do ódio entre classes e grupos sociais). A partir dessa premissa viciada, mas comum entre os nossos arcaizantes grupos políticos totalitários, os encontros ideopedagógicos dos representantes da mencionada Secretaria

Municipal de Educação com os professores (por enquanto os de Educação Física) objetivam instrumentalizar o magistério para que trabalhe nesse sentido. Pelo menos é o que pode deduzir das conclusões de um participante, ao final do encontro realizado com os professores de Educação Física da Zona Norte, que já tivemos oportunidade de citar no mencionado editorial: “Agora eu percebi porque estamos aqui. É para entendermos que temos de acordar e deixar de continuar trabalhando para o adversário”. Para “o inimigo”, seria talvez a expressão mais exata, já que, pelo que se pode concluir do noticiário, trata-se de fazer da escola pública, no âmbito municipal, um redu-to ideológico, pouco importante, propriamente, o ensino formal e eficiente, o único a abrir os horizontes mentais para a compreensão do mundo, naturalmente substituído pelo apelo ao “vivido” (“vivenciado” no jargão pedagógico) e à “situação de classe” — instrumentos certamente muito mais eficazes para submeter as “crianças populares” de hoje aos designios inconfessados (e, às vezes, até inconscientes) dos que as converterão nos “súditos disciplinados” de amanhã, sob o regime totalitário dos “sonhos socialistas” dos admiradores do “paraíso cubano”.

O que é, ao menos aparentemente, curioso nessa ideopedagogia que só poderá piorar a já lamentável escola pública brasileira de 1º grau (e também a do 2º grau, cujos reflexos se fazem sentir cada vez mais no ensino superior em geral) é que ela, a pretexto de apoiar esse ser apodado de “criança popular” (já

que o melhor apoio seria, evidentemente, propiciar-lhe bom ensino, alimentação e zelo pela sua saúde, dando-lhe condições de vir a desfrutar, pelo seu esforço e trabalho, dos bens da civilização), retira-lhe o mínimo de que já desfrutava, numa inacreditável “displícência” até com a saúde infantil, de que é exemplo a supressão do exame médico na rede escolar mantida pela Prefeitura na capital, já por nós comentada.

Em artigo publicado em nossa seção *Idéias em Debate*, a 6 deste mês, sob o título *Coração das Crianças Populares*, a médica cardiologista Marisa Campos Moraes Amato clama contra essa displícência (tratar-se-á apenas de displícência e ignorância ou de algo mais rebuscado, dentro da linha sinuosa da administração municipal?), lembrando que o intempestivo decreto “suprimindo o exame médico na rede escolar da Capital pode estar privando muitas crianças da única oportunidade que a vida lhes reservara de não serem futuros cardíacos”. Com muito bom senso, a citada cardiologista mostra como um simples exame médico, que a prefeitura considerou inútil, sem refinamentos maiores e com o uso tão-somente do estetoscópio, pode levar à identificação da presença do sopro cardíaco e demonstrar a necessidade de um exame mais acurado, realizado por especialista. Depois de mostrar os diferentes perigos, do ponto de vista cardiológico, da supressão desse exame, conclui ela que “privar as ‘crianças populares’, na fase escolar, de um exame médico, ainda que seja apenas para triagem de um grupo de risco, pode ser o mesmo

que condená-las a ter uma cardiopatia grave no futuro”.

No próprio terreno da Educação Física, tal risco se patenteia: como submeter as crianças a exercícios físicos sem que se tenha a menor indicação de suas condições gerais de saúde? Deixar-se-á ao professor de Educação Física a responsabilidade de resolver que criança pode e que criança não pode ser submetida a este ou aquele exercício? Os professores responsáveis pela Educação Física não desejam de modo algum, com carradas de razão, assumir os riscos por eventuais consequências dos exercícios por eles comandados, sem conhecer os dados mais elementares relativos às condições de saúde de seus alunos. Dessa forma, as “crianças populares” acabarão privadas, freqüentemente, de um tipo de educação que seria extremamente benéfico para o seu desenvolvimento.

Concluamos. O verdadeiro ideal de uma sociedade livre, próspera e democrática será o de não ter “crianças populares” (no sentido ideológico que baliza tal conceito), para o que há de contribuir decisivamente a existência de uma boa escola, que dê formação intelectual, física e cívica a seus alunos, sem distinções de qualquer espécie, como reza, aliás, a Constituição vigente (ainda que omissa na proibição da propaganda de guerra, da subversão da ordem pública ou da luta de classes). E não será, certamente, desvirtuando os fins da escola ou retirando às crianças de parques recursos aquele mínimo de que já dispõem (no caso, os exames médicos) que se atingirá essa situação.